

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	IGAM – MG	Thiago Figueiredo Santana	Titular	Ausente	
	IEF-MG	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Presente	
02	SIMA	Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL e Coordenador da CT-PL)	Titular	Presente	
		André Luiz Sanchez Navarro (Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ e Coordenador da CT-PB)	Titular	Presente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Ausente	
		José Ferreira Assis	Suplente	Ausente	
03	Secretaria da Fazenda	Luiz Henrique Martins Moreira	Titular	Ausente	
		Afonso Celso Rocha Mastrelli	Titular	Justificado	
	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Suplente	Presente	
		Mara Regina S. Ramos	Suplente	Ausente	
04	Secretaria de Desenvolvimento Regional	Gabriel Chamma Júnior	Titular	Presente	
		Ademir Cleto de Oliveira	Titular	Ausente	
	Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek	Suplente	Ausente	
		Ana Maria Leme da Silva Sampaio	Suplente	Ausente	
05	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Denis Herisson da Silva	Titular	Presente	
		Gustavo Ferraz de Arruda Vieira	Titular	Ausente	
	CODASP	Thomas Henrique da Cunha Daroz	Suplente	Ausente	
		Osvaldo Minoru Yamamoto	Suplente	Ausente	
06	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Titular	Presente	
		Marcos César Prado	Titular	Ausente	
	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia	Suplente	Presente	
		Felipe Gobet de Aguiar	Suplente	Presente	
07	P. M. de Limeira	Mário Celso Botion	Titular	Justificado	p/ Paulo Trigo Ferreira
		Paulo Trigo Ferreira	Titular	Presente	
	P. M. de Campinas	Jonas Donizette Ferreira	Suplente	Ausente	
		Rogério Menezes	Suplente	Ausente	
08	P.M. de Saltinho	Carlos Alberto Lisi	Titular	Ausente	
		Ariella Machado de Oliveira Montebello (Coordenadora da CT-SA)	Titular	Presente	
	P. M. de Cabreúva	Henrique Martin	Suplente	Ausente	
		Rosimeire Rabelo Santos Timporim	Suplente	Ausente	
09	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Justificado	p/ Giovane Henrique Genezelli
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
	P.M. de Santa Maria da Serra	Narciso Benedito Bistafa	Suplente	Ausente	
		Persão Magossi	Suplente	Ausente	
10	P. M. de Itatiba	Douglas Augusto Pinheiro de Oliveira	Titular	Ausente	
		José Roberto Fumach	Titular	Ausente	
	P. M. de Atibaia	Saulo Pedroso de Souza	Suplente	Presente	p/ Fabiane Cabral da Costa Santiago
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Suplente	Presente	
11	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Titular	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Titular	Presente	
	P. M. de Amparo	Luiz Oscar Vitale Jacob	Suplente	Ausente	
		Laura Petri Geraldino	Suplente	Presente	
12	P. M. de Toledo	Édio Donizeti Leme	Titular	Ausente	
		Damião Aparecido do Couto (Secretário-executivo do CBH-PJ1)	Titular	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

	P. M. de Camanducaia	Edmar Cassalho Moreira Dias	Suplente	Ausente	
		Ariane Cristina da Silva	Suplente	Ausente	
13	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto S. Tinel (Coordenador-adjunto da CT-MH)	Suplente	Presente	
14	SABESP	Antônio Carlos Teixeira	Titular	Presente	
		Maurício Polezi	Titular	Presente	
	ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
		Indiara Cardoso Guasti Jogas	Suplente	Ausente	
15	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella (Coordenador da CT-MH)	Titular	Presente	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Ausente	
16	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Suplente	Presente	
17	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Presente	
	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (Coordenador da CT-Rural)	Suplente	Presente	
18	FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas	Titular	Presente	
		Kamila Vilela Barros Santos	Titular	Ausente	
	COPASA	Itamar Antônio de Oliveira	Suplente	Ausente	
19	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
		Jussara Cordeiro Santos	Titular	Justificado	
	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Suplente	Presente	
20	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Titular	Presente	
		Gilda Carneiro Ferreira	Titular	Ausente	
	IPSA-C	Waldemar Bóbbbo	Suplente	Ausente	
21	Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi (Coordenador-adjunto da CT-ID)	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
22	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto (Coordenador-adjunto da CT-SA)	Titular	Presente	
	AEJ	Luiz Carlos Piccione	Suplente	Presente	
23	IPÊ	Andrea Pupo Bartazini	Titular	Presente	
	Mackenzie (Campinas)	Rosani Franco de Faria Novaes	Suplente	Presente	
			Luciano de Assis	Suplente	Ausente
24	BIOSS	Sidney José da Rosa (Presidente do CBH-PJ1 e Presidente em exercício do PCJ FEDERAL)	Titular	Justificado	
	Circuito Serras Verdes	Clodoaldo Antonio da Costa	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	IG	Sibele Ezaki	Coordenadora	Presente
	DAEE	Júlia Octaviano Noale	Secretária	Presente
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira	Coordenadora	Presente
CT-ID	EESC/SHS	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Presente
	Rotary International D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Coordenador-adjunto	Presente
CT-Indústria	CIESP DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Presente
	CIESP - DR Campinas	Jorge Marino Galgaro	Coordenador-adjunto	Justificado
CT-MH	FIESP	Alexandre Luís Vilella	Coordenador	Presente
	ASSEMAE	Paulo Roberto S. Tinel	Coordenador-adjunto	Presente
	SANASA	Luís Filipe Rodrigues	Secretário	Presente
CT-PB	SIMA	André Luiz Sanchez Navarro	Coordenador	Presente
	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora-adjunta	Presente
	DAEE	Viviane Maria Beduschi de Arantes	Secretária	Presente

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

CT-RN	IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
CT-RN	Coop. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel	Coordenador-adjunto	Presente
CT-SA	P.M. de Saltinho	Ariella Machado de Oliveira	Coordenadora	Presente
CT-SA	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Coordenador-adjunto	Presente

Sigla da Entidade	Demais presentes	
	Representante	
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera – Diretor-presidente	
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi – Diretora Técnica	
	Ivens de Oliveira – Diretor Administrativo e Financeiro	
	Eduardo Léo – Coordenador de Sistemas de Informação	
	Elaine Franco de Campos – Coordenadora de Projetos	
	Katia Rossi Gotardi Piccin – Coordenadora de Gestão	
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato – Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos	
	Ana Paula Fischer	
	Aline Doria de Santi	
	Allan Patrick	
	Beatriz Jardim de Almeida	
	Bruna Juliani	
	Bruno Aranda	
	Danilo Carlos Ferreira Costa	
	Diogo Pedrozo	
	Douglas Brunelli	
	Fabio Coca	
	Gabriel Gualda	
	Ivan Gerdzijauskas	
	Juliana Prado Guilmo	
	Karla Romão	
	Kaique Barretto	
	Lívia Maria Ongaro Modolo	
	Luiz Colassio	
	Marcos Cazzonato	
	Mariane Rodrigues Amuy	
	Marina Peres	
	Rebeca Cristine Ferreira da Silva	
	Rodolfo Bassani	
	Thamiris Cardoso	
	Tiago Georgette	
SANASA	Frederico Almeida	
CONIRPI	Roberto Mario Polga	

Pauta e abertura: A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica em 05/11/2020. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo, Coordenador da CT-PL e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, passou a palavra ao Sr. Tiago Valentim Georgette, assessor

15 técnico da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou sobre as normas para a realização de reuniões por videoconferência e que a reunião seria gravada para posterior confecção da ata. **1.1. Proposta de inversão de pauta:** O Sr. Moretti apresentou a pauta da reunião e informou que foi solicitada uma inversão de pauta pelo Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), de modo a

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

trazer para o início da pauta o item 12 (doze), a saber: “Apreciação do Parecer Técnico da CT-MH, referente à condicionante prevista à SABESP no artigo 11 da Resolução Conjunta ANA/DAEE 926/17 e que trata da avaliação do Relatório Final Volumes de Espera e Operação de Cheias do Sistema Cantareira”. O Sr. Moretti questionou aos membros se havia alguma outra consideração sobre a pauta ou objeção referente à inversão proposta. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada com a inversão apresentada, e deu-se início aos trabalhos. **2. Informes: 2.1. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** o Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que: **a)** A Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) realizou, em 10/11/2020, o *Webinar I*, sobre o tema “Monitoramento Hidrológico na Gestão de Recursos Hídricos: Ferramentas, Avanços e Desafios”, que contou com a participação de representantes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE)/Sala de Situação PCJ e da Fundação Agência das Bacias PCJ, com transmissão simultânea do evento pelo *YouTube* e pelo *Facebook*. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), que cumprimentou a todos e agradeceu o empenho dos organizadores e palestrantes que contribuíram para a realização e o sucesso do evento. Informou que a gravação do evento está disponível no *YouTube* e que pode ser acessada através do link <https://www.youtube.com/watch?v=L7TYXIQ6V> Ao; **b)** O Sr. Alexandre informou também que a CT-MH realizará outro evento, em 24/11/2020, o *Webinar II*, que versará sobre “Inovação e tecnologias no monitoramento da qualidade das águas e previsões hidrometeorológicas”, e contará com a participação de representante do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR), da Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica da Universidade de São Paulo (FCTH/USP) e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). O evento também terá transmissão simultânea pelo *YouTube* e pelo *Facebook*; **c)** O Sr. Moretti informou que serão realizados, entre os dias 17 e 19 de novembro, o *II SUSTENTARE* (Seminário de Sustentabilidade da

80 PUC Campinas) e o V *WIPIS* (*Workshop* Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade). O *workshop* tem como principal proposta discutir, estabelecer parâmetros e promover trocas de experiências entre agentes e pesquisadores, nacionais e estrangeiros, sobre sustentabilidade, indicadores e gestão de recursos hídricos. Os eventos têm como organizadores a Pontifícia Universidade Católica - Campus Campinas (PUC-Campinas), a Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC-USP), a Fundação Agência das Bacias PCJ e os Comitês PCJ por intermédio das Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID); **d)** Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo, Secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ e Coordenador da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB), que cumprimentou a todos e informou que a CT-PB realizará, em 16/11/2020, oficina *online* com o tema “Experiências e Perspectivas sobre Gestão da Implementação de Planos de Recursos Hídricos”, que terá como objetivo principal a reunião e a discussão de experiências de representantes de órgãos gestores envolvidos no planejamento de recursos hídricos relacionadas à gestão e ao acompanhamento da implementação de Planos de Recursos Hídricos, como subsídio à elaboração, pela CT-PB, de uma proposta para a gestão da implementação do Plano das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para o período de 2020 a 2035; **e)** Na sequência, o Sr. André informou que a CT-PB realizará, em 02/12/2020, *webinar* com o tema “Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035: conhecer para implementar”, com o objetivo de divulgar, para os membros dos Comitês PCJ e demais atores potencialmente envolvidos na implementação do Plano, as prioridades, ações, metas, diretrizes e recomendações do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035, como também de recolher sugestões e propostas para a operacionalização desse processo de implementação; **f)** Em seguida, o Sr. Moretti informou que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) lançou em seu portal eletrônico (<https://www.gov.br/ana/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cursos-e-capacitacao>) curso gratuito de capacitação para facilitar o acesso às informações do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

(SNIRH). O curso “Explorando o Portal do SNIRH” tem por objetivo apresentar as diferentes funcionalidades e formas de acesso ao SNIRH, apresentando como os usuários podem explorar os relatórios, mapas interativos, indicadores, sistemas, entre outros dados abertos presentes no sistema. O curso de capacitação é gratuito e a inscrição pode ser realizada pelo link <https://capacitacao.ead.unesp.br/index.php/inscricoes-abertas?view=courseenrollment&coid=43378>; **g)** Em 06/11/2020, foi protocolado pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ junto à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Ofício Comitês PCJ nº 164/2020, encaminhando o Parecer Técnico (PT) nº 006/2020 da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), que se trata sobre os volumes do Sistema Cantareira disponíveis para as Bacias PCJ até o final do período hidrológico seco de 2020, alertando sobre os riscos decorrentes do eminente esgotamento do volume referido no § 5º do Art. 5º da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 925 de 2017, que possui a finalidade de manutenção das vazões e o cumprimento das metas previstas no Art. 6º da resolução voltadas a garantir as mínimas condições qualitativas e quantitativas aos usos múltiplos nas Bacias PCJ. Face às constatações do referido PT, foi solicitada avaliação por parte da ANA sobre a possibilidade do uso de um pequeno volume adicional (a ser definido) à reserva de 158,1 hm³ (cento e cinquenta e oito bilhões e cem milhões de litros de água) para cumprimento das metas previstas, invocando-se a possibilidade de se considerar o previsto no Art. 5º da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926 de 2017, chamando-se a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) à decisão. O PT também foi encaminhado para o superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Até o presente momento os Comitês PCJ não obtiveram resposta; **h)** Em 26/10/2020, foram abertas as inscrições para o Processo Eleitoral do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, mandato 2021-2023, para inscrição de usuários e de entidades representativas dos usuários de recursos hídricos e de organizações civis. O calendário, as regras, e o Edital com procedimentos eleitorais, bem como a constituição da Comissão Eleitoral, são dadas pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 334/2020, de 31/08/2020. As inscrições se encerram em 29/12/2020. Mais informações estão disponíveis no sítio eletrônico da Agência das Bacias PCJ; **i)** Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr.

Damião Aparecido do Couto, Secretário-executivo do CBH-PJ1, que informou que foi encaminhado para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ o Ofício CBH-PJ1 nº 007/2020, datado de 09/11/2020, que indicou o Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS) para a vaga de representante de Minas Gerais do segmento “Organizações Cívicas” na Comissão Eleitoral, conforme disposto no inciso VI do § 1º do Art. 7º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 334/2020, de 31/08/2020. **2.2. da Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e passou a palavra para a Sr^a. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou que: **a)** Em 26/10/2020, foi encaminhada para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 338/20, de 22/10/2020, que aprovou a minuta do novo Contrato de Gestão para o período de 2021 a 2025, com o objetivo de dar continuidade aos procedimentos de formalização do contrato entre a ANA e a Fundação Agência das Bacias PCJ. A previsão é que o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) se manifeste até 20/11/2020 sobre a aprovação do novo Contrato de Gestão; **b)** Em 28/10/2020, a Fundação Agência das Bacias PCJ lançou o novo *website* da instituição, cujo endereço eletrônico permanece o mesmo (<https://www.agencia.baciaspcj.org.br/>). O objetivo do novo *website* é melhorar a comunicação com os membros dos Comitês PCJ, das Câmaras Técnicas e com a sociedade como um todo, buscando maior interatividade e transparência. O novo *website* possui uma identidade visual moderna, de fácil navegação e está ajustado às novas realidades da *web*, proporcionando ao usuário a possibilidade de conhecer mais do trabalho e ações desenvolvidas por cada coordenação que integra a Fundação Agência das Bacias PCJ; **c)** Em 26/10/2020, foi realizada reunião do Conselho Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, e, em 27/10, ocorreu a reunião do Conselho Deliberativo, ambas realizadas por videoconferência, a partir das 14h (quatorze horas); **d)** Visando ao cumprimento de metas estabelecidas pelo Contrato de Gestão (CG) pactuado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Fundação Agência das Bacias PCJ, referente ao período de 2020, foi iniciada, em

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

28/10/2020, a aplicação de pesquisa referente ao

240 Indicador 5A - Reconhecimento Social, com o objetivo de aferir a percepção dos membros dos Comitês PCJ quanto à eficiência técnica e administrativa da Fundação Agência das Bacias PCJ como entidade delegatária (ED). A pesquisa

245 está sendo realizada pela Fundação Agência das Bacias PCJ e os membros dos Comitês PCJ receberam instruções de participação via e-mail. As devolutivas devem ocorrer até 20/12/2020; e) Na sequência, a Sr^a. Patrícia passou a palavra para o Sr.

250 Sergio, que informou sobre a alteração do envio de boletos para os usuários da Cobrança PCJ Paulista a partir de 2021. A Fundação Agência das Bacias PCJ emitirá os boletos, a partir de 2021, com vencimento entre os meses de abril e novembro,

255 totalizando 8 (oito) parcelas. Desse modo, não haverá mais a sistemática com o envio de dois lotes de boletos. Os motivos para a alteração do procedimento são (i) a redução de custos operacionais para a Fundação Agência das Bacias

260 PCJ; (ii) a simplificação do processo com a eliminação de dois lotes de boletos e a cobrança do primeiro lote com base na média mensal do ano anterior; (iii) tratar-se de prática já adotada em outros comitês do Estado de São Paulo; (iv) buscar padronização com o processo da cobrança federal,

265 facilitando o processo para os usuários que realizam o pagamento das duas cobranças (estadual e federal). Em seguida, o Sr. Sergio passou a palavra para o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que serão utilizados os vários meios de comunicação disponíveis para comunicar aos usuários sobre a nova sistemática de cobrança

270 adotada pela Fundação Agência das Bacias PCJ.

2.3 dos Membros dos Comitês PCJ: Na sequência, o Sr. Luiz Roberto Moretti franqueou a palavra para a realização dos informes dos membros: a) O Sr. Hugo Marcos Piffer Leme,

280 representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), informou que em 12/11/2020, às 17h00, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (CBH-Paranaíba) promoverá *webinar* sobre o “Novo Marco Regulatório de Saneamento”, com a participação de representantes da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE). O link de inscrição para o evento (cbh.zoeplay.com.br) foi encaminhado

290

para o e-mail da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ para conhecimento e divulgação; b) Na sequência, o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz,

295 representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí (Consórcio PCJ), cumprimentou a todos e informou que a 1ª Vara Federal de Bragança Paulista atendeu à solicitação de tutela provisória de urgência e natureza cautelar expedida pelo Ministério Público Federal (MPF) e, em 10/09/2020, proferiu decisão que determinou a imediata paralisação das obras da Barragem de Duas Pontes, na bacia hidrográfica do Rio Camanducaia, no município de Amparo/SP. O

300 Rio Camanducaia é de dominialidade da União, mas, em 2004, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) delegou ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), por meio da Resolução ANA nº 429/2004, a competência para a emissão de outorga para as Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, onde se insere o referido corpo hídrico. Entretanto, a outorga de direito de uso de recursos hídricos para barramentos não foi incluída no rol do

305 art. 2º da Resolução. A Resolução ANA nº 74/2018, em seu art. 1º, proibiu expressamente a delegação de competência de outorga para barramentos. A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), na emissão da Licença Prévia (LP), consignou a necessidade de solicitação de outorga à ANA. Assim, o DAEE solicitou outorga à ANA, tendo os pedidos sido indeferidos, com a justificativa de que as concentrações de fósforo nas águas do Rio Camanducaia encontram-se em níveis elevados, o que poderia levar a represa a ser formada a se tornar eutrofizada em curto espaço de tempo, com prejuízos aos usos múltiplos, particularmente para o abastecimento público. O DAEE e a CETESB protocolizaram documentação

310 na ANA referente à solicitação para a continuidade das obras. Tendo em vista que o empreendimento é considerado de grande importância para a segurança hídrica nas Bacias PCJ, o Sr. Francisco externou preocupação com o embargo da obra e, como consequência, a possibilidade, por parte do DAEE, da suspensão do contrato de financiamento e o bloqueio dos desembolsos financeiros. Afirmou, também, que existem recursos financeiros que são comuns às obras das duas barragens (Duas Pontes e Pedreira) e, caso ocorra a suspensão do financiamento da Barragem de Duas Pontes, isso poderá ocasionar prejuízos para a conclusão da Barragem de Pedreira; c) O Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência

325

330

340

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

345 das Bacias PCJ, informou que, por intermédio da
Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA),
a Fundação Agência das Bacias PCJ realizará o
lançamento do Projeto de Educação Ambiental
“PCJ Virtual”. Trata-se de projeto que, por meio de
350 ferramentas de realidade virtual, proporciona um
passeio de barco pelos principais pontos das Bacias
PCJ, chamando a atenção para a proteção dos
mananciais. O Sr. Sergio explicou que o projeto foi
desenvolvido para ser realizado de forma
355 presencial, com a visita em vários municípios
das Bacias PCJ, mas que em decorrência das
medidas restritivas impostas pelas autoridades
como controle sanitário da Covid-19, será realizado
inicialmente de forma virtual. O lançamento do
360 “PCJ Virtual” pela internet será realizado em
04/12/2020, através do *website* da Fundação
Agência das Bacias PCJ
(<https://www.agencia.baciaspcj.org.br/>) e com
ampla divulgação pelas redes sociais. A versão
365 *online* do “PCJ Virtual” foi adaptada para que o
usuário possa realizar o passeio pelos principais
pontos das Bacias PCJ utilizando apenas o aparelho
celular, sem a utilização de óculos de realidade
virtual. Em 05/12/2020, será realizado o
370 lançamento do “PCJ Virtual” de forma presencial
através do formato cinema *drive-in*, no município
de Piracicaba/SP, alternativa que permite o
distanciamento social, com a ocupação máxima de
4 (quatro) pessoas por automóvel. No lançamento
375 serão realizadas duas sessões do cinema *drive-in*,
com horários de início às 18h (dezoito horas) e às
21h (vinte e uma horas). O evento será realizado no
estacionamento do Centro Cultural e Recreativo
Cristóvão Colombo, localizado à Av. Prof. Alberto
380 Vollet Sachs, nº 2.300, Bairro Morumbi,
Piracicaba/SP. Em seguida, o Sr. Sergio passou a
palavra para a Sr^a. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira,
Coordenadora da Câmara Técnica de Educação
Ambiental (CT-EA), que relatou que em
385 decorrência da pandemia de Covid-19 foi
necessário realizar adaptações ao projeto para que
o lançamento e a implantação possam ser
realizados com segurança. A Sr^a. Ana também
informou aos municípios das Bacias PCJ que
390 possuem interesse no projeto que há a
possibilidade de patrocínio para a ampliação do
mesmo para as regiões de interesse dos
patrocinadores. **3. Apreciação da Ata da 54ª
Reunião Extraordinária da CT-PL, realizada
em 22/10/2020, por videoconferência.** O Sr. Luiz
395 Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-
PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros

sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da
54ª Reunião Extraordinária da CT-PL, realizada em
400 22/10/2020, por videoconferência. A leitura foi
dispensada por unanimidade e o Sr. Moretti abriu a
palavra para manifestações sobre seu conteúdo.
Não havendo manifestações, o conteúdo da minuta
foi colocado em votação, sendo aprovado por
405 unanimidade. **4. Apreciação da minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ que aprova
Parecer Técnico da CT-MH sobre o
cumprimento da condicionante estabelecida no
artigo 11 da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº
410 926/17.** O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-
executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL,
explanou que a referida minuta de deliberação trata
da aprovação do Parecer Técnico (PT) nº 005/2020
emitido pela Câmara Técnica de Monitoramento
415 Hidrológico (CT-MH), referente ao Relatório Final
encaminhado pela Companhia de Saneamento
Básico do Estado de São Paulo (SABESP) para
atendimento da condicionante da outorga do
Sistema Cantareira constante no art. 11, da
420 Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926/2017, a
respeito da qual já fora expedida, em 14/12/2018, a
Deliberação dos Comitês PCJ nº 305/2018. Na
sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr.
Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da
425 Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
(FIESP) e Coordenador da Câmara Técnica de
Monitoramento Hidrológico (CT-MH), que
explicou que a condicionante expressa no art. 11
determina que “a SABESP deverá apresentar, no
430 prazo de até 12 (doze) meses, para aprovação da
ANA e do DAEE, ouvidos os Comitês PCJ e CBH-
AT, plano de operação dos reservatórios durante o
período de cheias, observando as condições de
operação estabelecidas pela ANA e DAEE em
435 resolução específica”. O Sr. Alexandre explicou
que o parecer apresenta avaliação sobre os itens
constantes no Parecer Técnico CT-MH nº
002/2018, aprovado pela Deliberação dos Comitês
PCJ nº 305/2018, e outros a serem considerados
440 pelos órgãos gestores. Após os esclarecimentos
sobre o conteúdo da deliberação, foi aberta a
palavra para manifestações dos presentes. O Sr.
Moretti passou a palavra para o Sr. Hélio Rubens
G. Figueiredo, representante da SABESP, que
445 manifestou preocupação quanto à disponibilidade
hídrica do Sistema Cantareira, tendo em vista os
índices de precipitação abaixo da média registrados
recentemente, e reiterou a importância de que a
gestão compartilhada das reservas do Sistema
450 Cantareira seja realizada de forma racional e

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

sustentável, afirmando ser necessário um planejamento integrado dos recursos hídricos para que não venhamos a enfrentar uma crise hídrica semelhante à ocorrida nos anos de 2014 e 2015.

455 Não havendo mais manifestações, o Sr. Moretti submeteu a minuta de deliberação que aprova o Parecer Técnico da CT-MH sobre o cumprimento da condicionante estabelecida no art. 11, da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926/17, à

460 votação, a qual foi aprovada por maioria, com abstenção da SABESP, para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com parecer favorável da CT-PL. **5. Apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que aprova os**

465 **Pareceres Técnicos GT-Empreendimentos nºs 02/2020 e 03/2020, sobre o empreendimento Centro Empresarial Espaço Gaia Théia, no município de Jarinu/SP.** O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do

470 PCJ FEDERAL, informou tratar-se de minuta de deliberação que aprova os Pareceres Técnicos GT-Empreendimentos nºs 02/2020 e 03/2020, sobre o empreendimento “Centro Empresarial Espaço Gaia Théia”, no município de Jarinu/SP. A minuta tinha sido apreciada pela CT-PL em sua 54ª Reunião

475 Extraordinária, realizada em 22/10/2020, por videoconferência. Porém, após a apreciação, foi expedido o Parecer Técnico nº 03/2020, sendo sua menção, portanto, incluída à redação. O Parecer

480 Técnico GT-Empreendimentos nº 02/2020 considerou como atendidas todas as ações solicitadas pelo GT para a emissão da Licença Prévia (LP) do empreendimento. Entretanto, logo após a aprovação da referida minuta de deliberação,

485 foi protocolado pelo empreendedor na Secretaria Executiva dos Comitês PCJ complementação referente ao Programa de Educação Ambiental, conforme solicitado pelo Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 02/2020, referente à fase de

490 Licença de Instalação (LI). A Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ realizou análise da complementação apresentada pelo empreendedor em resposta ao Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 02/2020, encaminhando

495 parecer à coordenação do GT-Empreendimentos. O Sr. Moretti informou que, após análise realizada pela CT-EA, foi elaborado pela coordenação do GT-Empreendimentos o Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 03/2020, sendo consideradas

500 atendidas todas as solicitações sugeridas para a emissão da Licença de Instalação (LI) do empreendimento em questão. Desse modo, tratando-se do mesmo empreendimento em análise,

foi realizada a inclusão do Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 03/2020 à mesma minuta de deliberação que aprova o Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 02/2020, ficando constantes, com a inclusão, os Pareceres Técnicos GT-Empreendimentos nºs 02/2020 e 03/2020, que atestam, respectivamente, o cumprimento das condicionantes apresentadas pelo GT ao empreendedor relativas às fases de LP e LI. Após os esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta, foi aberta a palavra para manifestações dos presentes.

515 Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu a minuta de deliberação à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com parecer favorável da CT-PL. **6. Apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que aprova o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2021 a 2025, e dá outras providências.** O Sr. Luiz Roberto

525 Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, lembrou a todos que o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ) vigente, válido para o período de 2017 a 2020, encerra-se em 31/12/2020. Assim, tendo em vista que entre as obrigações estabelecidas no Contrato de Gestão e seus respectivos Anexos I e II, firmado entre a Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA),

535 consta que cabe à Agência das Bacias PCJ a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) para o período 2021 a 2025. Dito isso, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que passou a tratar do processo de elaboração do PAP-PCJ 2021-2025. O Sr. Sergio explicou que a ANA promoveu alteração na metodologia de elaboração do PAP, propondo um modelo padronizado a ser utilizado por todas as entidades delegatárias (EDs). Entre as mudanças advindas do novo modelo, tem-se que o horizonte de planejamento passa de 4 (quatro) anos para 5 (cinco) anos; as ações passam a ter metas físicas, além de financeiras, sendo agrupadas em finalidades e programas. As mudanças propostas pela ANA voltadas à padronização dos PAPs das EDs, buscaram o atendimento a exigências do Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de ampliar a transparência em relação às

555 ações e aos investimentos realizados com recursos financeiros públicos aplicados na gestão dos

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

recursos hídricos. O Sr. Sergio destacou, também, que com o novo formato do PAP passará a ser elaborado um Plano de Execução Orçamentária Anual (POA) que detalhará, anualmente, as ações previstas no PAP a serem desenvolvidas naquele período. As ações constantes do PAP-PCJ 2021 serão custeadas com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União (Cobrança PCJ Federal). Na sequência, o Sr. Sergio passou a palavra para o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e explicou que a diretoria da Fundação Agência das Bacias PCJ participou ativamente das discussões para a padronização do novo modelo de PAP. Além das novidades apresentadas pelo Sr. Sergio, o Sr. Ivens informou que as características do novo PAP passaram a ser semelhantes às do Plano Plurianual (PPA) adotado na administração pública, e que o custeio administrativo das ED passa a ser incluído como uma finalidade. Na sequência, o Sr. Ivens passou ao detalhamento do PAP-PCJ 2021-2025, informando que o documento define 4 (quatro) finalidades, 17 (dezessete) programas e 64 (sessenta e quatro) ações. O Sr. Ivens explanou sobre o detalhamento das 4 (quatro) finalidades do PAP, como segue: (01) Gestão de Recursos Hídricos, relativa à realização de ações com vistas à implementação dos instrumentos de gestão e ao fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH); (02) Agenda Setorial, relativa a programas de execução finalística e que têm elevada dependência de articulação com um ou vários setores de usuários; (03) Apoio ao Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH), relativa ao provimento ao CBH de condições necessárias ao desenvolvimento de sua agenda de trabalho e cumprimento de suas atribuições legais; (04) Manutenção do CBH e da ED, relativa à manutenção do custeio administrativo do CBH e da ED, com os recursos da cobrança, dentro do limite de valores previstos na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Quanto à situação das Cobranças PCJ (federal e paulista) pelo uso dos recursos hídricos, o Sr. Ivens informou que o total cobrado em 2020 foi de R\$ 24.235.188,56 (vinte e quatro milhões, duzentos e trinta e cinco mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) na Cobrança PCJ Federal, e de R\$ 19.604.990,67 (dezenove milhões, seiscentos e quatro mil, novecentos e noventa reais e sessenta e sete centavos) na Cobrança PCJ

Paulista, com inadimplência representando 13% (treze por cento) do valor boletado para a cobrança federal e 8% (oito por cento) para a cobrança paulista. Na sequência, o Sr. Ivens elencou os principais fatores considerados para a elaboração e planejamento do PAP-PCJ para o exercício 2021 a 2025, conforme segue: (i) ações elencadas como prioritárias no Plano de Bacias PCJ para o período de 2020 a 2035; (ii) comportamento da arrecadação das Cobranças PCJ (federal e paulista) nos últimos anos (inadimplência e pagamentos em juízo realizados pela SABESP relativos ao Sistema Cantareira); (iii) recursos remanescentes para investimento do PAP-PCJ 2017-2020; (iv) avaliação das atividades de natureza contínua em andamento e remuneradas com recursos da cobrança federal; (v) avaliação das possibilidades de contratações de ações com recursos da cobrança paulista a partir das regras estabelecidas pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), incluindo a Fundação Agência das Bacias PCJ como tomadora de recursos financeiros. Na sequência, o Sr. Ivens apresentou a composição dos valores anuais para o PAP-PCJ 2021-2025, com valores totais de R\$ 23.113.062,10 (vinte e três milhões, cento e treze mil, sessenta e dois reais e dez centavos) para o ano de 2021; R\$ 13.972.570,32 (treze milhões, novecentos e setenta e dois mil, quinhentos e setenta reais e trinta e dois centavos) para o ano de 2022; R\$ 14.736.581,14 (quatorze milhões, setecentos e trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e quatorze centavos) para o ano de 2023; R\$ 15.469.949,46 (quinze milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos) para o ano de 2024; R\$ 16.231.686,55 (dezesseis milhões, duzentos e trinta e um mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) para o ano de 2025, com o montante para o período de 5 (cinco) anos totalizando R\$ 83.523.849,58 (oitenta e três milhões, quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e oito centavos). Este total apresenta-se distribuído, de forma detalhada, para os programas das 4 (quatro) finalidades do PAP-PCJ 2021-2025 conforme segue: R\$ 39.465.894,02 (trinta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro reais e dois centavos) para a finalidade (01) Gestão de Recursos Hídricos, correspondendo a 47% (quarenta e sete por cento) do total dos recursos; R\$ 22.828.866,84 (vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e oito mil,

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

seiscentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) para a finalidade (02) Agenda Setorial, correspondendo a 27% (vinte e sete por cento) do total dos recursos; R\$ 15.177.300,00 (quinze milhões, cento e setenta e sete mil e trezentos reais) para a finalidade (03) Apoio ao Comitê de Bacia Hidrográfica, correspondendo a 18% (dezoito por cento) do total dos recursos; e R\$ 6.051.788,74 (seis milhões, cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos) para a finalidade (04) Manutenção do Comitê de Bacia Hidrográfica e da Entidade Delegatária, correspondendo a 7% (sete por cento) do total dos recursos. Por fim, o Sr. Ivens teceu considerações gerais sobre o novo PAP-PCJ, informando que o mesmo será focado em ações de gestão em recursos hídricos, sendo contemplada a alocação de aproximadamente metade do total dos recursos financeiros que serão arrecadados nos próximos 5 (cinco) anos; que a estratégia para financiamento das ações contínuas, anteriormente realizado com recursos da cobrança federal, serão transferidas para a cobrança estadual paulista; que temporariamente não haverá a alocação de recursos financeiros da cobrança federal para projetos de demanda espontânea, até que os recursos pagos em juízo pela SABESP (Sistema Cantareira/Transposição) sejam liberados para uso da Fundação Agência das Bacias PCJ; e que anualmente será aprovado o Plano de Execução Orçamentária Anual (POA) com o detalhamento das ações a serem contratadas em cada ano do PAP. Após os esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta de deliberação, foi aberta a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu a minuta de deliberação à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com parecer favorável da CT-PL.

7. Apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que aprova o Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – POA-PCJ para o exercício 2021 e dá outras providências. O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou que o Plano de Execução Orçamentária Anual (POA) é um novo instrumento orçamentário, vinculado ao Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2021 a 2025, que contém o detalhamento anual das ações a serem executadas tanto de investimentos quanto de custeio administrativo da Fundação Agência das Bacias

PCJ. Na sequência, passou a palavra ao Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explicou que as ações constantes do POA-PCJ 2021 serão custeadas com recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União (Cobrança PCJ Federal), que se encontram distribuídos na proposta do POA-PCJ 2021 da seguinte forma: R\$ 9.660.000,00 (nove milhões e seiscentos e sessenta mil reais) para a finalidade (01) Gestão de Recursos Hídricos; R\$ 9.042.082,44 (nove milhões, quarenta e dois mil, oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) para a finalidade (02) Agenda Setorial; R\$ 2.890.000,00 (dois milhões e oitocentos e noventa mil reais) para a finalidade (03) Apoio ao Comitê de Bacia Hidrográfica; R\$ 1.520.979,68 (um milhão, quinhentos e vinte mil, novecentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) para a finalidade (04) Manutenção do Comitê de Bacia Hidrográfica e da Entidade Delegatária, totalizando valores para o horizonte de um ano (2021) em R\$ 23.113.062,12 (vinte e três milhões, cento e treze mil, sessenta e dois reais e doze centavos), conforme previsto no PAP-PCJ 2021-2025 para o ano de 2021. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta de deliberação, foi aberta a palavra para manifestações dos presentes. O Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação dos Amigos do Horto “Navarro de Andrade” (AAMHOR), questionou sobre a metodologia utilizada para a elaboração do PAP-PCJ 2021 a 2025, especialmente quanto à priorização de ações, pois nem todas as ações prioritárias previstas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 estão presentes na proposta. Em resposta, o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ explicou que todas as ações priorizadas e classificadas como muito alta e alta prioridade do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 constam no PAP-PCJ-2021 a 2025. Na sequência, a Sr^a. Sibeles Ezaki, representante do Instituto Geológico e Coordenadora da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) cumprimentou a todos, parabenizou a apresentação do Sr. Ivens sobre o detalhamento do PAP e do POA, externou sua preocupação em relação à redução na arrecadação dos recursos financeiros por meio da cobrança federal, e questionou a respeito de como o grupo de trabalho denominado GT-Critérios determinou a priorização de investimentos das ações do PAP em relação ao Plano das Bacias PCJ. O Sr. Sergio explicou que as

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

ações priorizadas no PAP-PCJ-2021 a 2025 contém
770 o detalhamento das ações a serem executadas em
um horizonte de planejamento de 5 (cinco) anos,
entretanto o POA-PCJ 2021 compreende o
detalhamento anual das ações a serem executadas
tanto de investimentos quanto de custeio
775 administrativo da Fundação Agência das Bacias
PCJ apenas para um exercício específico. Assim, os
investimentos previstos no PAP constarão apenas
no(s) POA(s) de sua realização. O Sr. Sergio
lembrou, também, que podem ser utilizados os
780 recursos financeiros da Cobrança PCJ Paulista para
investimentos em ações, como as previstas nos
Cadernos Temáticos do Plano das Bacias PCJ. O
Sr. Roberto Mário Polga, representante do
Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Piraí
785 (CONIRPI), questionou sobre os valores pagos pela
SABESP que aguardam liberação judicial para
serem encaminhados à Fundação Agência das
Bacias PCJ, ao que o Sr. Ivens respondeu se
tratarem dos valores referentes a 2019 e a 2020, que
790 contabilizam total aproximado de
R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) por ano.
Em seguida, o Sr. João José Assumpção de Abreu
Demarchi, representante do Instituto de Zootecnia
(IZ) e Coordenador da Câmara Técnica de
795 Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-
RN), questionou se seriam revistos os
planejamentos financeiros do PAP e do POA
perante a adição de novos recursos caso venha a
ocorrer, em 2021, a liberação dos recursos
800 financeiros pagos em juízo pela SABESP. O Sr.
Ivens explicou que a partir do momento em que os
valos pagos em juízo pela SABESP forem
depositados em conta para a Fundação Agência das
Bacias PCJ, entende-se que deverão ser realizadas
805 revisões nos planejamentos financeiros do PAP e
do POA, visando à aplicação dos novos recursos.
Não havendo mais manifestações, o Sr. Moretti
submeteu a minuta de deliberação à votação, sendo
aprovada por unanimidade para ser encaminhada
810 aos Plenários dos Comitês PCJ com parecer
favorável da CT-PL. **8. Apreciação da minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ que aprova o
Plano de Trabalho e a Proposta Orçamentária
Anual da Fundação Agência das Bacias
815 Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e
Jundiá – exercício 2021 e dá outras
providências.** O Sr. Luiz Roberto Moretti,
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, explicou que a minuta de deliberação
820 em questão trata da aprovação do Plano de
Trabalho e da Proposta Orçamentária do Custeio

Administrativo da Fundação Agência das Bacias
PCJ, para o exercício de 2021, especificamente do
detalhamento das ações e custeio administrativo
825 para o funcionamento e planejamento das
atividades desenvolvidas pela entidade. Na
sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr.
Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e
Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ,
830 que explicou que o Plano de Trabalho para o
exercício de 2021 foi elaborado levando-se em
consideração o projeto de desenvolvimento e
planejamento organizacional, no qual foram
definidos os macros objetivos e metas globais da
835 instituição, bem como o mapeamento das ações do
Plano de Aplicação Plurianual (PAP). A partir das
bases do Plano de Trabalho, foi realizado o
detalhamento das ações, visando orientar a equipe
da Fundação Agência das Bacias PCJ nas tarefas
840 cotidianas necessárias à implantação dos projetos
demandados pelos Comitês PCJ, totalizando
R\$ 29.655.122,23 (vinte e nove milhões, seiscentos
e cinquenta e cinco mil, cento e vinte e dois reais e
vinte e três centavos). Também, informou que as
845 propostas de Plano de Trabalho e de Orçamento
Anual da instituição para o exercício 2021 foram
apreciadas e aprovadas em reuniões do Conselho
Fiscal e do Conselho Deliberativo da Agência PCJ,
ocorridas respectivamente, nos dias 26/10/2020 e
850 27/10/2020, por videoconferência. Após os
esclarecimentos sobre o conteúdo da deliberação,
foi aberta a palavra para manifestações dos
presentes. O Sr. Miguel Madalena Milinski,
representante da Associação dos Amigos do Horto
855 “Navarro de Andrade” (AAMHOR), questionou
sobre a possibilidade da ocorrência de saldos
positivos de recursos financeiros destinados ao
custeio administrativo da Fundação Agência das
Bacias PCJ e, caso ocorram, se permanecerão
860 disponíveis em conta para ser alocados no
planejamento financeiro do ano subsequente com a
finalidade de aplicação em investimentos. O Sr.
Ivens explicou que eventuais saldos dos recursos
financeiros de custeio administrativo advindos da
865 cobrança paulista não podem ser remanejados para
o exercício seguinte e devem ser alocados no fundo
patrimonial da Fundação Agência das Bacias PCJ,
com uso futuro destinado à construção da sede da
entidade. Entretanto, os saldos dos recursos
870 financeiros de custeio administrativo advindos da
cobrança federal de um determinado exercício
poderão ser utilizadas nos anos subsequentes. O Sr.
Hugo Marcos Piffer Leme, representante da
Associação Nacional dos Serviços Municipais de

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

- 875 Saneamento (ASSEMAE), questionou sobre como são realizadas as aplicações financeiras de recursos da Agência, que geram rendimentos para composição das receitas. O Sr. Ivens explicou que os recursos da cobrança federal são aplicados em duas modalidades financeiras: para recursos a serem utilizados em até 30 (trinta) dias, a aplicação se dá em fundos de renda fixa atrelados a títulos da dívida pública federal; já os que serão utilizados em um período superior a 30 (trinta) dias são aplicados em caderneta de poupança. Em relação aos recursos da cobrança paulista também são aplicados em renda fixa atrelados a títulos da dívida pública federal, porém não havendo para essa modalidade a possibilidade de aplicação em caderneta de poupança. As regras estabelecidas para a aplicação dos recursos financeiros baseiam-se em determinação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em decorrência de exigências estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Não havendo mais manifestações, o Sr. Moretti submeteu a minuta de deliberação à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com parecer favorável da CT-PL. **9. Apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que aprova o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2020 - ano base 2019” das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.** O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou tratar-se de minuta de deliberação que aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2020, cujo ano base é 2019. Tal relatório deve ser aprovado anualmente, conforme previsto na Lei (SP) nº 7663/1991. A Lei (SP) nº 16.337/2016 estabelece que o Relatório de Situação seja aprovado até o dia 30/06 de cada ano, porém, em razão da pandemia de Covid-19, o Conselho de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRH/SP) emitiu o Ofício Circular CRH nº 61/2020, datado de 17/04/2020, em que informa que o atendimento ao prazo legal para aprovação do RS em 30/06 se tornou inviável, flexibilizando-a para o segundo semestre de 2020. Na sequência, passou a palavra ao Sr. André Luiz Sanchez Navarro, Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ e Coordenador da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), que lembrou a todos que nos últimos anos a apreciação do Relatório de Situação (RS) tem sido realizada em reuniões conjuntas da CT-PL com a CT-PB, mas neste ano isto não foi possível em decorrência dos cronogramas divergentes de agendas das duas câmaras. No âmbito da CT-PB, a minuta do RS foi analisada durante a sua 87ª Reunião Ordinária, realizada em 21/10/2020, por videoconferência, sendo realizadas sugestões para ajustes na minuta e expedido o Ofício CT-PB nº 007/2020 encaminhando-a, com parecer favorável, para a CT-PL, para ser apreciada durante sua 79ª Reunião Ordinária. Após os esclarecimentos iniciais, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Diogo Bernardo Pedrozo, analista técnico da Coordenação de Sistema de Informações da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que o RS PCJ 2020 (ano-base 2019) foi elaborado em uma versão simplificada, conforme metodologia apresentada pelo CRH por meio da Deliberação nº 146/12, de 11/12/2012, que estabelece os critérios, prazos e procedimentos para a elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica e do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica. A base de dados utilizada refere-se apenas à porção paulista das Bacias PCJ (UGRHI 5) e foi fornecida pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), por intermédio da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi). Os dados fornecidos pela CRHi para compor o RS foram encaminhados em dois momentos aos CBHs, em 26/06/2020, e em 13/08/2020, vista a previsão de aprovação do RS nos colegiados no segundo semestre de 2020. O Sr. Diogo explanou que o RS está estruturado em 9 (nove) capítulos: (1) Introdução; (2) Caracterização da Área; (3) Síntese da Situação dos Recursos Hídricos da UGRHI 05; (4) Adequação do Plano de Ação e Programa de Investimentos 2020-2023; (5) Avaliação da Gestão do CBH-PCJ; (6) Retiradas do Sistema Cantareira; (7) Acompanhamento dos Empreendimentos – 2019; (8) Considerações Finais; (9) Anexos. O Sr. Diogo informou que as análises dos indicadores contidas no Capítulo 3 são de grande relevância e resultam em orientações para a gestão. No Capítulo 4 foi realizada análise detalhada, que possibilitou o planejamento para adequação do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2020-2023. Na sequência, o Sr. Diogo apresentou alguns dados e indicadores do relatório. A respeito da disponibilidade hídrica, informou que as Bacias PCJ apresentaram, em 2019, valor *per capita* de 961,29 m³/hab/ano (novecentos e sessenta e um mil e duzentos e noventa litros de água por habitante em um ano), situação classificada como crítica em relação à metodologia adotada pelo Plano Estadual de

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

Recursos Hídricos (PERH) do Estado de São Paulo, diante da referência da Organização das Nações Unidas (ONU) de limite de 1500 m³/hab/ano (um milhão e quinhentos mil litros de água por habitante em um ano). Em relação à demanda subterrânea, destaca-se o aumento na demanda de consumo de águas subterrâneas, representativo da exploração progressiva dessa fonte. Ressaltou, no entanto, que apesar de contribuírem para a disponibilidade hídrica na bacia, os mananciais subterrâneos são de difícil avaliação quanto à sua situação real de vazão disponível. Quanto ao balanço hídrico nas Bacias PCJ, o Sr. Diogo informou que, quanto ao parâmetro “vazão outorgada em relação à vazão média”, a UGRHI 5 se encontra entre 25% (vinte e cinco por cento) e 50% (cinquenta por cento). A vazão outorgada total em relação à Q_{95%} e a vazão outorgada superficial em relação à vazão mínima superficial (Q_{7,10}) apresentam situação ainda mais grave, superando 100% (cem por cento) de comprometimento, com a última atingindo tal nível e apresentando piora ao longo dos últimos anos. Informou que a análise destes e de outros parâmetros e indicadores constantes no RS resultam em orientações para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, buscando a sustentabilidade hídrica e do sistema de gestão. O Sr. Diogo informou que o RS apresenta também a proposição de ajustes ao Plano de Aplicação e ao Programa de Investimentos (PA/PI) das Bacias PCJ 2020-2023, conforme previsto no § 3º, artigo 2º, da Deliberação CRH “Ad Referendum” nº 224/2019, de 12/09/2019, que estabelece que as adequações e eventuais revisões dos PA/PIs deverão constar dos Relatórios de Situação das Bacias Hidrográficas. Relatou que os ajustes propostos foram os seguintes: (i) atualização dos valores arrecadados pela Cobrança PCJ Federal; (ii) atualização da previsão orçamentária na Deliberação dos Comitês PCJ nº 333/20, de 31 de agosto de 2020, para o quadriênio 2020 a 2023; (iii) adequação na fonte e previsão de recursos para a execução de algumas ações; (iv) ações contratadas no Plano de Aplicação Plurianual para o quadriênio 2017 a 2020 (PAP-PCJ 2017 a 2020) realocadas para adequação e atualização no PA/PI 2020 a 2023. Na sequência, o Sr. Diogo explicou sobre o indicador de “Avaliação da Gestão” do CBH-PCJ, que para o ano de 2019, apresentou uma frequência média de participação dos membros nas reuniões de 88% (oitenta e oito por cento), tendo sido expedidas 30 (trinta) deliberações. Em relação à síntese da situação da aplicação dos recursos financeiros nas Bacias PCJ,

informou que os maiores volumes de investimentos foram aplicados para a execução de empreendimentos de coleta, afastamento e tratamento de esgotos, seguido por ações de controle de perdas. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta de deliberação, foi aberta a palavra para manifestação dos presentes. O Sr. Eduardo Cuoco Léo, Coordenador de Sistemas de Informações da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que o RS a ser apresentado para apreciação e aprovação pelos plenários dos Comitês PCJ em sua 24ª Reunião Ordinária, prevista para 11/12/2020, conterá modificação em um mapa que consta nos anexos do RS, conforme solicitação da Srª. Sibebe Ezaki, Coordenadora da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS). Na sequência, o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação dos Amigos do Horto “Navarro de Andrade” (AAMHOR), questionou sobre a possibilidade da inclusão do termo “rural”, nos assuntos do RS que apresentar como título “Planos Municipais de Saneamento Básico Urbano”, sugerindo que fosse apresentado com nova redação como “Planos Municipais de Saneamento Básico Urbano e Rural”, e também sugerindo menções a ações de macrodrenagem no meio rural. O Sr. Moretti informou que a alteração de termos e nomenclaturas teria de ser sugerida numa próxima edição do relatório, visto que elas são estabelecidas pela Coordenadoria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo para a utilização pelos CBHs na elaboração dos relatórios. Não havendo mais manifestações, o Sr. Moretti submeteu a minuta de deliberação que aprova o Relatório de Situação à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com parecer favorável da CT-PL. **10. Apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023.** O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passou a palavra ao Sr. André Luiz Sanchez Navarro, Secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ e coordenador da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) que informou tratar-se de alteração do Plano de Ação e do Programa de Investimentos (PA/PI) para a gestão dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para o quadriênio 2020 a 2023, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 333/2020, de

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

- 31/08/2020, em razão de a estimativa de arrecadação pela cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União (Cobrança PCJ Federal) indicar que ela será menor do que o previsto em anos anteriores, demandando o financiamento de ações prioritárias com recursos financeiros da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo (Cobrança PCJ Paulista). A seguir, passou a palavra para a Sr^a. Aline Doria de Santi, analista técnica da Coordenação de Sistema de Informações da Fundação Agência das Bacias PCJ, para apresentação das alterações propostas. A Sr^a. Aline explicou que houve a necessidade da atualização do PA/PI PCJ 2020 a 2023 em função da transferência de algumas ações que anteriormente eram financiadas através da cobrança federal e agora passarão a ser financiadas através da cobrança estadual. Diante dessa adequação, foi necessário realizar ajustes nos valores das ações que anteriormente estavam previstas na Deliberação dos Comitês PCJ nº 333/20. Informou que foi também realizada a atualização da estimativa de arrecadação de recursos financeiros em decorrência dos impactos causados pela pandemia de Covid-19. Na sequência, a Sr^a. Aline explicou que a Fundação Agência das Bacias PCJ também passará a atuar como tomadora de recursos financeiros, em decorrência da transferência de algumas ações que anteriormente eram financiadas através da cobrança federal e agora passarão a ser financiadas através da cobrança estadual paulista. Os recursos financeiros planejados para a execução de ações do PA/PI PCJ 2020 a 2023 totalizam R\$ 88.451.445,34 (oitenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) sendo R\$ 81.455.248,11 (oitenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e onze centavos) relativos à cobrança estadual paulista e R\$ 6.996.197,22 (seis milhões, novecentos e noventa e seis mil, cento e noventa e sete reais e vinte e dois centavos) relativos à Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH). Os recursos financeiros disponibilizados para as ações que terão municípios e outras entidades como tomadores totalizam R\$ 40.041.789,33 (quarenta milhões, quarenta e um mil, setecentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos). Os processos para pleito dos recursos serão indicados em editais com regras específicas, observando-se as prioridades estabelecidas no Plano das Bacias (PBH) PCJ
- 1140 2020-2035, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 332/2020, de 31/08/2020. Já o montante de recursos da Cobrança PCJ Paulista previstos para ações que terão a Fundação Agência das Bacias PCJ como tomadora, as quais eram anteriormente financiadas com recursos da Cobrança PCJ Federal, totalizam R\$ 16.309.059,89 (dezesseis milhões, trezentos e nove mil, cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos). A Sr^a. Aline destacou que a maior parcela (39,45%) dos investimentos previstos no PA/PI PCJ 2020 a 2023 tratam de ações relativas a estudos, monitoramento e sistemas de informações. A segunda parcela mais significativa trata de ações de controle de perdas (30,82%), porém, foi destacado que isso se dá pelos investimentos em empreendimentos já indicados em 2020, da ordem de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais), e que entre 2021 e 2023 não haverá mais a aplicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para financiamento das obras de saneamento urbano, conforme o PBH PCJ 2020 a 2035. Em terceiro lugar, com 20,24% dos investimentos previstos, constam as ações da Política de Mananciais PCJ, as quais eram anteriormente financiadas com recursos da Cobrança PCJ Federal e passarão a ser financiadas com recursos da Cobrança PCJ Paulista. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta de deliberação, foi aberta a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti destacou que o assunto em questão apresenta interligações com diversos dos demais tratados na reunião, e que foram elaborados tendo em vista esta condição vinculativa, e submeteu a minuta de deliberação à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com parecer favorável da CT-PL. **11. Apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que define critérios gerais para a aplicação dos recursos da Compensação Financeira/royalties e das Cobranças PCJ Paulista e Federal pelo uso dos recursos hídricos referentes ao exercício de 2021 e dá outras providências.** O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL explicou que a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) constituiu Grupo de Trabalho (GT), em sua 78ª Reunião Ordinária, ocorrida em 06/03/2020, e Holambra/SP, denominado GT-Critérios, para a avaliação e proposição de critérios para seleção de empreendimentos visando financiamento com recursos da Compensação Financeira/royalties (SP)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

do setor hidroelétrico e das Cobranças PCJ. O GT-Critérios realizou duas reuniões, em 26/10/2020 e
1195 03/11/2020, e considerou as propostas do novo
Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ), para o
período de 2021 a 2025, e de atualização do Plano
de Ação e do Programa de Investimentos (PA/PI)
para o quadriênio 2020 a 2023, bem como os
1200 procedimentos para operacionalização dos
investimentos previstos. A minuta de deliberação
em questão prevê que a aplicação dos recursos do
FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos)
– compostos pela Compensação Financeira pelo
1205 Uso dos Recursos Hídricos (CFURH) e pela
arrecadação da Cobrança Paulista – referentes à
quota-parte do CBH-PCJ, e a aplicação dos
recursos da Cobrança PCJ Federal, previstos para o
exercício de 2021 em ações com execuções
1210 previstas no PA/PI PCJ 2020-2023 e no Plano de
Execução Orçamentária Anual para o exercício
2021 (POA-PCJ 2021) – ambos assuntos discutidos
e aprovados na presente reunião – será
operacionalizada pela Agência das Bacias PCJ, que
1215 poderá elaborar editais específicos para a seleção
de empreendimentos e tomadores de recursos,
quando necessário. Os editais específicos para a
seleção de empreendimentos e tomadores de
recursos deverão ser publicados nos sítios
1220 eletrônicos da Fundação Agência das Bacias PCJ
(<https://www.agencia.baciaspcj.org.br/>) e dos
Comitês PCJ (<https://www.comitespcj.org.br/>),
após aprovação por meio de deliberação *ad*
referendum dos Comitês PCJ, devendo ter prévia
1225 aprovação da Câmara Técnica de Planejamento
(CT-PL) dos Comitês PCJ. A minuta em questão
define também o conteúdo mínimo que os editais
específicos devem conter. Na sequência, o Sr.
Moretti passou a palavra para o Sr. Sergio Razera,
1230 Diretor-presidente da Fundação Agência das
Bacias PCJ, que informou que os editais
específicos para a seleção de empreendimentos e
tomadores de recursos serão divulgados
posteriormente em decorrência de alterações das
1235 fontes de aquisição dos recursos financeiros. Após
os esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta de
deliberação, foi aberta a palavra para manifestações
dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr.
Moretti submeteu a minuta de deliberação à
1240 votação, sendo aprovada por unanimidade para ser
encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com
parecer favorável da CT-PL. **12. Apreciação da
minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que
aprova o Orçamento das Câmaras Técnicas dos
1245 Comitês PCJ para o ano de 2021 e dá outras**

providências. O Sr. Luiz Roberto Moretti,
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL informou tratar-se de minuta de
deliberação que aprova o orçamento para
1250 realização das atividades das Câmaras Técnicas dos
Comitês PCJ, exceto a Câmara Técnica de
Planejamento (CT-PL), para o exercício de 2021.
Na sequência, passou a palavra para o Sr. Rodolfo
Bassani, assessor técnico da Coordenação de Apoio
1255 ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da
Fundação Agência das Bacias PCJ, que explicou
que a minuta de deliberação possui duas decisões
que ficam estabelecidas a respeito do orçamento
das Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ. O
1260 artigo 1º da referida minuta trata das normas gerais
e procedimentos, incluindo o orçamento anual
específico para cada uma das CTs, exceto a Câmara
Técnica de Planejamento (CT-PL), como
informado pelo Sr. Moretti, para o exercício de
1265 2021, que consta no anexo da minuta em discussão.
Em relação ao conteúdo estabelecido para as
normas e procedimentos, o Sr. Rodolfo informou
que eles foram totalmente incorporados das normas
e procedimentos aprovados para o exercício de
1270 2020, conforme consta no Anexo II da Deliberação
Conjunta dos Comitês PCJ nº 108/19, de
13/12/2019, sendo mantidos, portanto, os mesmos
que já vinham sendo praticados anteriormente,
havendo alterações apenas nos valores
1275 estabelecidos no orçamento. O artigo 2º, por sua
vez, trata da alteração de redação do Anexo II da
Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17, de
15/12/2017, que estabelece regras para pagamento
de despesas para participação de membros dos
1280 Comitês PCJ, em reuniões internas e externas à sua
área de atuação, em território nacional, passando a
prever o pagamento de diárias aos membros do
Grupo de Trabalho para a Integração de Ações das
Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (GT-
1285 Integração) para a participação em suas reuniões,
semelhante ao que já é praticado em relação ao GT-
Empreendimentos. A criação do GT-Integração foi
aprovada, no âmbito da CT-PL, em sua 54ª Reunião
Extraordinária, realizada em 22/10/2020, por
1290 videoconferência, e será apreciada pelos plenários
dos Comitês PCJ em reunião prevista para
dezembro. A seguir, o Sr. Rodolfo passou a
apresentação dos valores previstos no orçamento
constante no anexo da minuta. São 3 (três) os
1295 grupos de despesa existentes: Grupo I: despesas de
viagem – subitens: diárias para membros da
sociedade civil; diárias para membros das
coordenações das CTs; participação no ENCOB

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

- (Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas) 2021; Grupo II: organização de reuniões da CT – subitens: contratação de *coffee break*; material gráfico/locação de equipamentos/outros gastos; Grupo III: organização de eventos – subitens: locação de equipamentos; gastos com palestrantes; material gráfico; *coffee break*. Esses grupos também são os mesmos que compunham o orçamento do exercício de 2020, mas com valores estabelecidos com base na configuração atual e nas demandas específicas de cada CT, ou seja, considerando o conjunto dos membros e as atividades previstas no Plano de Trabalho de cada uma delas para 2021, conforme o Anexo I da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 108/19, de 13/12/2019, resultando em valores diferenciados para cada CT. Na sequência, o Sr. Moretti indicou a necessidade de correção da notação financeira utilizada na planilha de valores do orçamento, pois constava a metodologia estadunidense de notação, solicitando a correção para a notação brasileira para a escrita dos recursos financeiros. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta de deliberação, foi aberta a palavra para manifestações dos presentes. O Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação dos Amigos do Horto “Navarro de Andrade” (AAMHOR), que questionou se os recursos não utilizados em um exercício podem ser remanejados a outro exercício, especialmente os valores relativos ao Grupo I – despesas de diárias, tendo em vista o atual estado de não realização de reuniões presenciais devido às medidas protetivas e de controle da pandemia de Covid-19. O Sr. Rodolfo explicou que os saldos apurados para cada CT, no final de cada exercício, não poderão ser computados para a utilização no exercício seguinte, conforme previsto no item III – “Condicionantes para custeio de despesas” do anexo da minuta em discussão. Na sequência, a Sr^a. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) destacou que a pandemia de Covid-19 causou impactos no planejamento das atividades das CTs, e, nesse sentido, questionou como a CT-EA deverá proceder em relação à necessidade de realizar revisão do cronograma das ações e eventos planejados pela câmara para o exercício de 2020 e que tiveram de ser alterados. O Sr. Moretti respondeu que as CTs podem remanejar os cronogramas das atividades dentro do mesmo ano. Em se tratando de necessidade de alteração de cronograma de atividade prevista no Plano de Trabalho, é necessário que a Câmara Técnica defina a alteração solicitada e a submeta para apreciação da CT-PL e dos plenários, tendo em vista tratar-se de alteração de deliberação expedida, apresentando as devidas justificativas e o planejamento revisto. Na sequência, o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que o novo contrato de gestão a ser celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Fundação Agência de Bacias PCJ prevê como um dos indicadores de gestão o cumprimento do cronograma estabelecido para reuniões e eventos no âmbito dos Comitês PCJ, e que o não cumprimento do planejamento poderá impactar na pontuação da Fundação Agência de Bacias PCJ no âmbito do referido contrato. Na sequência, o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, lembrou que apesar de não ser possível o remanejamento de recursos financeiros de um exercício a outro, é prevista a possibilidade de remanejamento de um grupo de despesas para outro, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Secretário-executivo dos Comitês PCJ e pelos ordenadores de despesas da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Ivens enfatizou não ser possível a alteração do valor global das despesas das CTs previstas no orçamento apresentado, pois o mesmo encontra-se vinculado ao planejamento previsto no Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí (POA-PCJ) para o exercício de 2021, vinculado, por sua vez, ao Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí (PAP-PCJ) para o exercício 2021 a 2025. Não havendo mais manifestações, o Sr. Moretti submeteu a minuta de deliberação à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com parecer favorável da CT-PL.
- 13. Apreciação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que aprova a realização de etapas do processo eleitoral dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) para o mandato 2021-2023 por meio de participação não presencial e dá outras providências.** O Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL passou a palavra para o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, Secretário-executivo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 12/11/2020 – 9h00

- 1405 adjunto do CBH-PCJ e coordenador da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), que lembrou a todos que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 334/20, de 31/08/2020, aprovou o calendário, regras, edital com procedimentos eleitorais e
- 1410 constituiu a Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), para o mandato 2021-2023, cujo artigo 9º faculta a realização das reuniões, votações e assembleias por meio da participação não presencial de seus
- 1415 membros e convidados, mediante decisão dos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL sobre o assunto. Diante do exposto, a minuta de deliberação em discussão aprova a realização, em formato não presencial, por meio de participação
- 1420 *on-line* utilizando plataforma digital, das reuniões, votações, assembleias e demais atividades integrantes do processo eleitoral dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL) para o mandato 2021-2023. Prevê, contudo, que caso venham a ser
- 1425 flexibilizadas as atuais medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19, respeitadas as orientações das entidades governamentais afetas à matéria, as etapas do processo eleitoral poderão, a critério da Comissão Eleitoral, ser realizadas de maneira
- 1430 presencial, ficando a cargo da Diretoria dos Comitês PCJ a divulgação da decisão. Prevê também que a Fundação Agência das Bacias PCJ
- 1435 será responsável por providenciar suporte técnico e operacional ao processo, bem como por elaborar documentação técnica, que, após aprovação da Comissão Eleitoral, será disponibilizada no seu sítio eletrônico e no dos Comitês PCJ, contendo definições e orientações sobre a plataforma digital a ser utilizada e os procedimentos específicos a serem adotados para a adequada realização, em formato não presencial, das etapas do processo eleitoral. O Sr. André informou que já está sendo elaborada minuta de nota técnica para ser apresentada à Comissão Eleitoral. Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta de deliberação, foi aberta a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu a minuta de deliberação à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com parecer favorável da CT-PL. **14. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Moretti agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.
- 1440
- 1445
- 1450
- 1455

Luiz Roberto Moretti
Coordenador da CT-PL